

RESENHA

BERNARDO, João. *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo, Cortez, 1992.

Economia dos conflitos sociais é mais um engenhoso ensaio deste professor português, atualmente radicado na França, que enriquece o debate sobre o capitalismo, sua história e sua dinâmica atual, de um ponto de vista estritamente marxista. Atribuir vinculação marxista ao texto não significa imputar-lhe caráter dogmático ou desprezar o esforço do autor em desenvolver uma linguagem que incorpora termos de outras perspectivas analíticas para além do próprio campo ao qual se vincula.

A noção que conduz o trabalho, desde a primeira à última linha, neste relativamente alentado volume de 391 páginas, é a da preponderância absoluta da mais-valia, a qual consiste, segundo o autor, no modelo global que explica o capitalismo, seu desenvolvimento e as tramas históricas que o mesmo engendrou nos últimos séculos.

A mais valia assim, nas suas duas modalidades clássicas, constitui-se na combinação de dois pólos, ambos constituídos por tempo de trabalho, sendo a força de trabalho o seu elemento articulador.

Com este enunciado inicial, João Bernardo propõe a compreensão do mundo real a partir das diferentes combinações possíveis de articulação entre mais-valia relativa e mais-valia absoluta. Ambos os sistemas convivem num capitalismo globalizado, hierarquizado, diferenciado mas verdadeiramente integrado, com numerosos efeitos tecnológicos em cadeia, onde o *out-put* de um sistema serve de *in-put* a outros, num vastíssimo leque integrado onde a estrutura subjacente invariante é a extorsão da mais-valia, em suas duas modalidades. Assim, para as regiões mais pobres do globo, mais defasadas tecnologicamente, ganha preponderância a mais-valia absoluta, onde a apropriação do sobre trabalho se dá de forma extensiva,

sendo pouco atrativa como alternativa para investimento de capital, e onde a resposta capitalista aos conflitos se resume à repressão; este modelo mantém estruturas econômicas arcaicas, na forma de um amontoado econômico disforme e tendente à estagnação. De outra parte, nas regiões do globo onde o capitalismo é mais antigo, onde o avanço tecnológico é mais consistente, impera a mais-valia relativa, modelo no qual o mecanismo se assenta na incorporação decrescente da força de trabalho, e cuja resposta aos conflitos se dá na forma de incorporação das demandas, da recuperação e da cooptação dos elementos mais destacados nos conflitos, integrando-os à classe gestorial, e aí há outra novidade no trabalho do autor.

O capitalismo engendrou, ao longo do seu desenvolvimento, uma classe (ou sub-classe) fundamental adicional àquelas desenvolvidas pelo marxismo clássico: trata-se da classe dos gestores, que, ao lado dos burgueses compõe a classe capitalista, muito embora suas origens históricas sejam distintas. Os gestores aparecem na quadra do capitalismo onde passou a ocorrer uma irresistível tendência de separação entre, de um lado, o controle dos processos produtivos e, de outro, a propriedade dos meios de produção. Assim, com o aparecimento das SAs e, mais recentemente, dos fundos de pensão, são os gestores de vital importância no processo de integração e centralização econômica; são eles que, em um mesmo tempo, desenvolveram a capacidade de controle do capital, não somente no plano material do processo produtivo, mas também na canalização dos investimentos, dado que passaram a deter poder de decisão sobre os mecanismos financeiros, resultantes da crescente necessidade de concentração, em virtude da dispersão da propriedade privada do capital.

Assim, a classe burguesa teria se convertido à uma classe meramente rentista, teria sido suplantada na organização dos processos produtivos, na canalização e orientação dos investimentos, no controle superior do mercado de trabalho, em suma, na esfera global dos aparelhos políticos. O gestor não é um assalariado. Esta

classe, própria dos estágios mais avançados de concentração do capital, pela quantidade e qualidade de seus rendimentos não pode ser equiparadas à mera condição de assalariados. É com a consolidação dos gestores que a figura mítica do “capitão de indústria” virtualmente desapareceu, transformando-se, a si e seus descendentes, em meros rentistas, numa espécie de nova modalidade de “parasitas da história econômica” (como sugere uma fina ironia gramsciana, em relação aos grupos remanescentes da aristocracia italiana). Não menos relevante, nesta fase avançada do capitalismo, é o papel atribuído pelo autor aos gestores de entidades sindicais (e estes são mais recentes), camada de burocratas profissionais, especializados na gestão dos conflitos que, ao mesmo tempo que se vão autonomizando em relação à força de trabalho, vão assumindo importância vital na assimilação e recuperação dos conflitos por parte do capital, o que explica, segundo o autor, a notável diminuição da taxa de sindicalização que ocorre nos países de capitalismo avançado.

Outra noção instigante desenvolvida por João Bernardo é a da diferenciação existente entre Estado Amplo e Estado Restrito. O Estado Restrito resume a combinação clássica dos três poderes, cuja representatividade tem se tornado crescentemente uma abstração e a vontade popular uma ilusão necessária e onde as possibilidades políticas de articular as “Condições Gerais de Produção” de forma minimamente autônoma é cada vez mais escassa, contribuindo assim com uma parte bastante menor na integralidade da superestrutura política. A prevalência do Estado Restrito foi crucial na coordenação da economia durante as primeiras fases do capitalismo (e aqui há uma clara divergência com as correntes, e que são a esmagadora maioria, que entendem que o capitalismo inicialmente obedeceu a um regime de livre-concorrência e que somente mais tarde se teriam desenvolvido formas de intervencionismo estatal no domínio econômico). O autor, embasado em inúmeros fatos históricos, assegura que exatamente o inverso se passou, tendo sido crucial nos primórdios do capitalismo uma instituição política centralizadora e

coordenadora, no plano superestrutural, para promover a integração econômica e o desenvolvimento das “condições gerais de produção”.

O papel decisivo hoje nesta função articuladora pertence à crescente consistência interna atingida pelo Estado Amplo, que se constitui numa nova plataforma institucional, relativamente informal, tendo como eixo as grandes empresas transnacionais, associadas aos capitalistas nacionais. É no âmbito do Estado Amplo que as grandes decisões econômicas e políticas são tomadas, em articulação com o Estado Restrito, mas freqüentemente à revelia deste, e mesmo contra este. A superestrutura política política tem evoluído no sentido do crescente reforço do Estado Amplo, com a conseqüente redução da esfera de poder do Estado Restrito e o enfraquecimento de suas instituições.

O Estado Amplo possui prerrogativas muito similares ao clássico Estado Restrito, e de forma ampliada, como emissão de dinheiro (em outras modalidades que não o papel-moeda clássico), manutenção de milícia (o pessoal das agências de segurança especializada atinge hoje cerca do dobro do número de policiais e congêneres a serviço do Estado Restrito) etc. Além disso, no interior das empresas os capitalistas são legisladores, superintendem o cumprimento das decisões tomadas, estabelecem um sistema de penalidades, assumem assim a conformação de um quarto poder, com prerrogativas de governo, legislador, polícia, juiz e carrasco (ao que a lucidez de Adam Smith, segundo o autor, já chamava a atenção, colocando estas funções ao lado do poder político, tanto civil como militar).

Além destas prerrogativas, o decisivo no funcionamento do Estado Amplo é a sua capacidade de articulação das Condições Gerais de Produção, paradigma desenvolvido pelo autor que ultrapassa as funções geralmente chamadas de “infra-estruturais”, pela sua amplitude e pelo conjunto de desdobramentos políticos, econômicos, culturais, financeiros, sociais etc. que engendra. As limitações de espaço desta resenha só permitem citá-las:

- a) Condições gerais da produção e reprodução da força de trabalho;
- b) Condições gerais da realização social da exploração;
- c) Condições gerais da operatividade no processo de trabalho;
- d) Condições gerais de operatividade do mercado;
- e) Condições gerais da operacionalidade das unidades de produção;
- f) Condições gerais da realização social do mercado.

Esta nova plataforma institucional opera, portanto, como implementadora e provedora das condições necessárias para o desenvolvimento das formas avançadas do capitalismo. Sublinhe-se aqui que o autor, ao referir-se ao capitalismo, não se restringe a examinar os arranjos econômicos no ocidente, senão que mais ou menos equaliza o capitalismo ocidental com uma variante sua, a que teria tido lugar na ex-URSS e países de sua área de influência, onde o Estado Amplo teria encontrado seu paroxismo (e este trabalho foi escrito entre 1987 e abril de 1988, antes da dissolução da URSS). João Bernardo critica impiedosamente a experiência soviética de construção de uma sociedade não capitalista, localizando aí o império dos gestores, onde a mecânica fundamental da extorsão da mais-valia muito antes de ter sido eliminada, foi potencializada ao extremo.

São muitos os demais aspectos relativos à história do capitalismo que o autor desenvolve, abarcando desde os seus primórdios até os mais modernos traços de sua configuração atual.

A sensação à leitura do texto é de uma certa ambigüidade: pode-se rejeitá-lo, correndo inclusive o risco de nem terminar sua leitura. Mas pode-se, e este é o caso deste comentador, sentir-se a irresistível curiosidade de acompanhar as argutas análises do autor, suas engenhosas construções, que alternam ousadia e rigor em densidades

distintas, sua elegância ortográfica e, sobretudo, sua vontade de transcender, em tempos em que pensar-se modelos de articulação de sociedade e de economia alternativos ao capitalismo não está exatamente em moda.

Clarilton Ribas

Doutorando em Ciências Sociais do IFCH/UNICAMP. Área de interesse: Trabalho e Sindicalismo.